



**CÂMARA
MUNICIPAL
NISA**

ATA Nº 12/2026

DA

REUNIÃO ORDINÁRIA

DA

CÂMARA MUNICIPAL DE NISA

DE

20 DE ABRIL DE 2026

Abertura da Reunião

Aos vinte dias do mês de abril do ano de 2026, na Vila de Nisa, no Auditório da Biblioteca Municipal Dr. Motta e Moura, na Praça da República, em Nisa, quando eram 15h00, compareceram, Presidente, Dr. José Dinis Samarra Serra, Vice-Presidente, Dr. José Leandro Lopes Semedo, e Vereadores, Senhor João José Cabim Malpique Rufino e Senhora Ana Cecília Manteiga Carrilho e Senhor Rafael José Tremoço Pinheiro, em substituição da Vereadora Doutora Fernanda Maria Bizarro Policarpo, a fim de se realizar a segunda reunião ordinária do mês de abril da Câmara Municipal de Nisa.

A Vereadora Doutora Fernanda Maria Bizarro Policarpo, através de E-mail, datado de 08 de abril de 2026, informou que por motivos profissionais não poderia estar presente na reunião ordinária de dia 20 de abril de 2026, solicitando a sua substituição, tendo sido substituída ao abrigo do nº 1 e 2 do art.º 78º e do nº 1 do art.º 79º da Lei nº169/99, de 18 de setembro na sua redação atual, pelo cidadão **Rafael José Tremoço Pinheiro Moura**, cidadão imediatamente a seguir na ordem de precedência da Lista do PPD/PSD, pelo qual se apresentou ao ato eleitoral, realizado no dia 12 de outubro de 2025.

E como se encontravam em número legal para se poderem constituir em Reunião, foi declarada aberta pelo Presidente da Câmara Municipal de Nisa, Dr. José Dinis Samarra Serra, em cumprimento do que determina a alínea p) do nº 1 do art.º 35º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.

Compareceram a esta Reunião, para prestar os esclarecimentos que viessem a tornar-se necessários, relativamente aos assuntos agendados na respetiva Ordem de Trabalhos e que dizem diretamente respeito aos seus serviços, os seguintes funcionários municipais:

Engª Maria de Lurdes Sabino Leandro Vilela Mendes, Adjunta do Gabinete de Apoio à Presidência, Dr. André Lourenço Gil Alves, do Gabinete Jurídico, Contencioso e Auditoria, Eng. Luís Alberto Gonçalves Marques, Chefe de Divisão da Divisão de Ordenamento do Território e Serviços Municipais, Dr. Bento José Sabino Semedo, Chefe de Divisão da Divisão Socio Cultural, Coordenadora Técnica, Senhora Nazaré Dinis Rufino Carrilho Valente responsável pela Seção de Recursos Humanos e Serviços Auxiliares, Dr.ª Maria da Cruz Miguéns Alfaia Polido Semedo, Coordenadora Técnica, Senhora Maria da Graça Sampaio Paulo, da Seção de contratualização Pública e Património, Dr. António Quiala Martins e Assistente Técnico Senhor António José Tomás Martins da Seção Financeira.

Procedeu-se, seguidamente, à análise e discussão, tendo em vista a eventual aprovação dos processos que constituem a Ordem de Trabalhos, sendo que os resultados e respetivas votações são as que para cada um a seguir se indica e de que é lavrada a respetiva ata, conforme teor do nº 1 do art.º 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.

Ponto nº 1 - SEA - Intervenção de munícipes

Este espaço é destinado à intervenção de munícipes que se encontrem na sala e que pretendam apresentar assuntos do seu interesse, conforme o disposto no nº 1 do art.º 49º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, conjugado com o nº 1 do art.º 8º do Regimento da Câmara Municipal de Nisa, não se tendo verificado qualquer intervenção.

Ponto nº 2 - SEA - Período de antes da ordem do dia.

Apreciação e votação de Ata(s) de Reunião(ões) de Câmara

Apreciada e votada a Ata da reunião Ordinária da Câmara Municipal de Nisa, abaixo mencionada, que foi aprovada, conforme a seguir se indica, tendo sido dispensada a sua leitura (nº1 do art.º 57º da lei nº 75/2013 de 12/09), por ter sido disponibilizada cópia do original:

Ata nº 02/2026 da reunião extraordinária de 09/01/2026, aprovada por Maioria dos presentes, com 4 (quatro) votos a favor, do Presidente da Câmara, Dr. José Dinis Samarra Serra, Vice-Presidente Dr. José Leandro Lopes Semedo e Vereadores, Senhor João José Cabim Malpique Rufino, Senhora Ana Cecília Manteiga Carrilho e 1 (uma) abstenção por parte do Vereador Senhor Rafael José Tremoço Pinheiro Moura, por não ter estado presente na reunião.

Assuntos para conhecimento

- E-mail, da Vereadora Doutora Fernanda Maria Bizarro Policarpo, datado de 08 de abril de 2026, informou que por motivos profissionais não poderia estar presente na reunião ordinária de dia 20 de abril de 2026, solicitando a sua substituição.

Informações dos Eleitos:

- Vereador, Senhor **Rafael José Tremoço Pinheiro Moura**, felicitou e cumprimentou todo o executivo da Câmara, nomeadamente o Senhor Presidente Dinis Serra, o Senhor Vice-Presidente Leandro, o Senhor Vereador João Malpique e a Senhora Vereadora Ana Cecília, cumprimentando também todo o staff e todo o executivo desta Câmara Municipal, sendo para ele uma honra estar aqui em representação do Partido Social Democrata e da Professora Fernanda Policarpo.

Começou por perguntar, sobre a subestação de Gáfete que está em projeto onde vão passar aqui umas linhas de alta tensão nas Freguesias de Tolosa, Amieira do Tejo e São Matias e se a Câmara efetivamente já tem alguma posição sobre esse assunto.

- Vereador, Senhor **João José Cabim Malpique Rufino**, disse ter sido contactado por um Múncipe, Senhor José Maria Moura que disse ter enviado várias comunicações para a Câmara Municipal, para saber qual a razão porque a divulgação da Casa Medieval não consta nos Alojamentos Locais referenciados na página do Município.

Perguntar também, dado que já várias vezes referiu aqui, quando é que poderiam visitar as obras que, entretanto, foram concluídas, especialmente na estratégia local da habitação e que até ao momento ficaram de saber, podendo ser na próxima Assembleia Municipal, uma vez que isso foi referido.

- Vereadora, Senhora **Ana Cecília Manteiga Carrilho**, começou por dar as boas-vindas ao Vereador Rafael Moura, sendo um gosto ter aqui um conterrâneo consigo, estando certa que irá fazer um bom trabalho, independentemente do partido oposto em que estão.

Disse que gostaria de saber em que ponto está a situação da ponte do Sever, nunca mais se falou sobre isso, sendo uma obra que engloba muitos milhões, gostaria de saber em que ponto está a situação da ponte.

Referiu também não ser a primeira vez que vem aqui a esta reunião de Câmara, pedidos de cedência do Centro Cultural de Alpalhão, e como já lá trabalhou e porque o Centro Cultural de Alpalhão, não

está fundado assim há tantos anos como isso, foi em 2013, pensando que já uma vez aqui referiu, que nunca mais houve manutenção daquele espaço, não sabendo se o Senhor Presidente tem conhecimento, mas o espaço está em avançado estado de abandono, porque quando lá vai dá-lhe muita pena, tendo lá uma porta do lado direito, quando se entra, que já está aquele muro a abanar há mais de dez anos sensivelmente, que nunca foi arranjado e como já referiu, as televisões que lá estavam, não está lá nenhuma, o mobiliário está aqui nessa sala algum dele, algumas mesas são reconhecidas, são de lá, sabendo isso porque ela até também lá estava quando estava lá esse material e quando o foram buscar, a cozinha está nas termas querendo saber qual é a finalidade do Centro Cultural para a Câmara, se é só para a atividade sénior ou é para fazer exposições como era antigamente na vertente lançamento de livros também tem, esse é só para dar apoio à escola se pretendem fazer uma dinamização mais cultural, e se há intenção de arranjar o espaço em si, porque ele realmente precisa mesmo de obras.

- Presidente, Dr. **José Dinis Samarra Serra**, disse que relativamente à ponte sobre o Sever, como se sabe, tendo sido o documento disponibilizado para todos, na Declaração de Impacto Ambiental, existem condicionantes prévios ao início da obra que ainda estão à espera de pronúncia da Agência Portuguesa do Ambiente, essas situações impedem o normal funcionamento das obras.

Relativamente ao Centro Cultural de Alpalhão, acha que já se havia falado sobre esta matéria, estando na estratégia, não só ao nível da infraestrutura Centro Cultural, existindo aqui um mapeamento de trabalhos, pinturas, restauros, conservações a nível de alguns vãos, exemplo disso, o Cineteatro, também uma das referências, mas tudo isto terá que ser feito num volume conjunto, existindo neste momento alguma insuficiência de técnicos ou pelo menos em termos daquilo que são os projetos distribuídos aos colegas do município, não se avançou ainda para esta situação, sendo certo que, relativamente ao Centro Cultural de Alpalhão existirá a pretensão de que aquando da finalização da obra contígua, nomeadamente a Extensão de Saúde de Alpalhão, e o arranjo exterior, tudo feito em simultâneo.

Relativamente à agenda cultural, ela depende também de algumas dinâmicas, sendo certo que existem neste momento algumas atividades ao nível da universidade sénior e será complementar exatamente a todo o funcionamento em termos das dinâmicas de apresentações de alguns livros e outras atividades promovidas, indo averiguar sobre a questão da cozinha ter sido transferida para as termas.

- Vice-Presidente Dr. **José Leandro Lopes Semedo**, deu as boas vindas ao Vereador Rafael Moura e em relação à linha de muita alta tensão que vai atravessar várias Freguesias do Concelho, disse neste momento estar em discussão pública o documento, pensando que até dia 27 de abril, a posição do município em termos técnicos do que está no PDM foi reportado para a Agência Portuguesa do Ambiente no decurso desta consulta pública, sabe também que as Freguesias por onde passa a linha de muita alta tensão também tomaram posição em relação a isso, tendo sido essa a indicação que lhe deram, não sabendo se o fizeram ainda, tendo até dia 27 de abril para se pronunciarem, o município também o fez, já que a linha de muita alta tensão, principalmente duas das áreas ou três, havendo uma área que é junto a Tolosa que põe a causa algumas habitações, em relação à REN, na Junta de São Matias há algumas condicionantes que são da própria REN, dos próprios condicionalismos que existem de haver uma rede a passar ali naquela zona, tudo isto estando em causa e foi em termos do

nosso departamento técnico, avaliado, foi respondido, não sabendo se já foi submetido. Pensando que sim, aguardando-se que decorra o prazo até 27 de abril, qualquer um de nós pode fazê-lo na própria página do participa.pt., fazendo essa avaliação e dizer aquilo que de direito achem, sem ser só o Município e as Autarquias, as Juntas de Freguesia, têm um papel importante, têm de pronunciar-se sobre essa matéria, por isso, a Agência Portuguesa do Ambiente enviou um e-mail para que se pronunciassem, tendo-o feito e pensando que as restantes Autarquias envolvidas também o fizeram, como cidadãos também podemos fazer essa participação e podemos dizer aquilo que de direito está no decurso dessa consulta pública, que ainda não terminou.

Ponto nº 3 – SF/TESOUR - Deliberação Nº 146/2026

Resumo Diário de Tesouraria.

A Câmara Municipal de Nisa reunida, aprova por unanimidade, com 5 (cinco) votos favoráveis, Presidente, Dr. José Dinis Samarra Serra, Vice-Presidente, Dr. José Leandro Lopes Semedo e dos Vereadores, Senhor Rafael José Tremoço Pinheiro Moura, Senhor João José Cabim Malpique Rufino e Senhora Ana Cecília Manteiga Carrilho, nos termos da documentação disponibilizada pela Secção Financeira e cuja cópia fica arquivada em pasta anexa à presente Ata, a situação relativa ao Resumo Diário da Tesouraria nº 68, referente ao dia 10 de abril de 2026 e em que os respetivos numerários são os a seguir transcritos:

- Operações orçamentais: 2.858.194,55 €
- Operações não orçamentais: 191.976,45 €

PONTO Nº 4 – GA - Deliberação: 147/2026

Cedência de camião-grua - União de Freguesias de Arez e Amieira do Tejo. RATIFICAÇÃO

Nos termos da Informação/Proposta Nº 3302/2026, do Gabinete de Apoio, datada de 07 de abril de 2026, o Executivo Reunido aprova por Unanimidade, com 5 (cinco) votos a favor, do Presidente, Dr. José Dinis Samarra Serra, Vice-Presidente, Dr. José Leandro Lopes Semedo e Vereadores, Senhor João José Cabim Malpique Rufino, Senhor Rafael José Tremoço Pinheiro Moura e Senhora Ana Cecília Manteiga Carrilho, ratificar o despacho do Senhor Vice-Presidente, Dr.º José Leandro Lopes Semedo no sentido da cedência à União de Freguesias de Arez e Amieira do Tejo, do camião – grua, para remoção de troncos de árvores de grande porte que caíram no Cemitério de Amieira do Tejo, nos termos do nº 1 do art.º 33º da Lei 75/2013 de 12/09.

PONTO Nº 5 – GA – Deliberação Nº 148/2026

Comemorações do 52º Aniversário do 25 de Abril – Reconhecimento Desportivo.

Nos termos da Informação/Proposta Nº 3493/2026, do Gabinete de Apoio, datada de 15 de abril de 2026, o Executivo Reunido aprova por Unanimidade, com 5 (cinco) votos a favor, do Presidente, Dr. José Dinis Samarra Serra, Vice-Presidente, Dr. José Leandro Lopes Semedo e Vereadores, Senhor João José Cabim Malpique Rufino, Senhor Rafael José Tremoço Pinheiro Moura e Senhora

Ana Cecília Manteiga Carrilho, atribuir uma placa de reconhecimento desportivo nos termos do nº 1 do art.º 33º da lei 75/2013 de 12/09, às entidades e atletas:

1 - Desportistas representantes da Associação Columbófila Nisense:

Campeão Distrital Zona 2 - " Os Valentes".

Campeão de Fundo Distrital Zona 2 - " Os Valentes".

Campeão de Velocidade Distrital Zona 2 - " Franco Piedade Campos & Ramos".

Campeão de Fundo Inter Associações de Portalegre e Évora - " Franco Piedade Campos & Ramos.

Campeão de Meio/Fundo Distrital Zona 2 - " Asas de Tolosa"

2 - Atleta Individual

Maria Fortunato Carvalho, jovem natural de Tolosa, Campeã Europeia de Kempo, pelo 12 lugar alcançado em Weapon Kata, na categoria 19-21 anos, no campeonato Europeu IKF, realizado entre 29 e 1 de novembro, em Bolanosde Calatrava, Cidade real, Espanha.

Intervenções:

- Vereador Senhor **João José Cabim Malpique Rufino**, concorda que tem que se felicitar no âmbito desportivo, havendo outras ações que se calhar mereciam de igual forma e a data era oportuna para poder fazer-se reconhecimento a pessoas com mérito, sendo bom que se pudesse também fazer esse reconhecimento público, indo, se a Câmara não o fizer ser proposto esse reconhecimento público.

PONTO Nº 6 – GA – Deliberação Nº 149/2026

Criação de Unidade Intermédia Autónoma (Ao abrigo da portaria nº 20/2026/1 de 20 de janeiro) no Bloco de Internamento do Complexo das Termas de Nisa - Proposta de Celebração de acordo de comodato com a Santa Casa da Misericórdia de Alpalhão.

Nos termos da Informação/Proposta Nº 3503/2026, da Presidência, datada de 15 de abril de 2026, o Executivo Reunido aprova por Maioria, com 3 (três) votos a favor, do Presidente, Dr. José Dinis Samarra Serra, Vice-Presidente, Dr. José Leandro Lopes Semedo e Vereador, Senhor João José Cabim Malpique Rufino retirar o presente assunto da ordem de Trabalhos.

Intervenções:

- Presidente Dr. **José Dinis Samarra Serra**, disse ir fazer uma pequena introdução, informando que iria retirar o ponto da ordem de trabalhos, havendo quem não se possa pronunciar por estar impossibilitado, como é o caso dos Vereadores Ana Cecília e Rafael Moura, clarificando desde logo

que essa proposta não surgiu de uma forma isolada, mas assentou numa manifesta, formalidade de interesse da Santa Casa Misericórdia de Alpalhão que apresentou essa disponibilidade para integrar o bloco de internamento no âmbito da criação da unidade hoteleira, no conjunto do relato da informação proposta da Presidência é feito um relato introdutório que é exatamente a visão relativamente ao sistema tripartido, que, aliás, já não é novidade porque já aqui se conversou sobre essa matéria, toda aquela estrutura de complexo deverá albergar muito mais do que propriamente o termalismo clássico e a respetiva área de bem-estar, sendo certo que, tendo havido uma reunião com as IPSS, houve algum desconforto da parte de algumas entidades em acreditar que se poderia estar a falar de uma resposta social que pudesse ser uma referência a nível nacional, vindo desta apresentação de proposta e clarificar que a própria Segurança Social tinha conhecimento daquele espaço porque havíamos sido e isto também já havia sido aqui referenciado aquando das tempestades Christin e Leonardo, que a Segurança Social requereu ao Município de Nisa a possibilidade de albergar desalojados, designadamente da área de Santarém e que, por uma questão humanitária se fez questão de disponibilizar aquele bloco de internamento, que, felizmente não houve necessidade de ser utilizado, nesta reunião houve manifestamente, da parte três entidades que não haveria qualquer oposição, mas relativamente a outras duas houve um manifesto desconforto relativamente à possibilidade de poderem da mesma forma concorrer ao espaço, sendo certo que aquilo que tem presente ,naquilo que foi a sessão de esclarecimento há oito dias, no dia 13, em webinar, a única entidade que presenciou foi a Santa Casa das da Misericórdia de Alpalhão, posto isto e tendo em conta que se trata de uma situação em que não existiu um consenso alargado, sendo sua opinião que existe aqui um custo de oportunidade que pode ser gorado no seu propósito, sendo verdade que se se avançar para uma solução de concessão, aquilo que pode estar em causa, salvo melhor opinião, podendo-se discutir isso com a ajuda do Património, qualquer entidade, do setor social, dentro daquilo que sejam exatamente as realidades ou ao abrigo da portaria que aqui está presente, poderiam candidatar-se, confessando que seria muito desagradável sentir que se pudesse existir da parte de entidades exteriores ao território concorrer à margem daquilo que pudessem ser, as entidades do setor social.

Como se sabe, aquele espaço está devoluto desde a sua criação, não tendo havido utilidade, não se estando aqui a fazer qualquer tipo de cenário paralelo, mas existindo uma outra pretensão para o espaço, que poderá ser aproveitado, mas, relativamente a esta questão, não havendo prosseguimento em matéria, com muita pena, poderia ser uma resposta de âmbito. local distrital, pudesse ser uma referência nacional para o efeito, por isso quis deixar este esclarecimento.

- Vereador Senhor **João José Cabim Malpique Rufino**, disse ter estranhado, porque no início do ano até se falou e conversou para um tipo de utilização daquele espaço, daí que certamente estranhou vir agora com uma situação diferente daquela, perante o curto espaço de tempo para fazer a candidatura, que é dia 21, segundo apresentam aqui os documentos, que é amanhã, sabendo que todo o processo teria que ser muito célere, nunca tendo tido conhecimento da situação.



- Presidente Dr. **José Dinis Samarra Serra**, disse que este assunto lhe caiu nos braços há menos de 15 dias, e respondendo como disse e muito bem, já em vários fóruns foi discutido, sobre a possibilidade daquela utilidade não sendo também de estranhar dizer que aquele ecossistema tripartido tem que assentar exatamente nessa base, aquilo que é o propósito do complexo, o termalismo e o bem-estar acoplado, ainda na semana passada se iniciou esta época, estando em crer que face às mudanças que se vão fazer sobre a estrutura, se poderá ter termas abertas todo o ano, sendo certo que aquele ambiente, aquele espaço do bloco de internamento merece ou poderia merecer uma resposta social, sendo também certo que toda a ala que está devoluta desde sempre, daquele espaço do complexo termal pode ser, está a ser trabalhado com a tutela no sentido de albergar reabilitação física e isto é que é importante complementar as realidades, neste caso, saúde, termalismo, havendo quem olhe o termalismo como sendo algo ligado ao turismo, há quem olhe o termalismo como sendo ligado à saúde, ele pode ser interpretado de uma forma híbrida, a questão do social e a questão da reabilitação física que não está associada, sendo vendido pelas duas formas, tem sido tem sido uma preocupação, tendo sido uma preocupação, junto da unidade local de saúde, vender-se as termas porque as termas têm que ser vendidas aos médicos, não têm que ser vendidas às pessoas, as pessoas são os utentes, têm que ser vendidas aos médicos e aquilo que se tem feito é exatamente esta esta dinâmica, não apenas com a Unidade Local de Saúde do Alto Alentejo, mas também com a tutela, porque uma resposta de reabilitação obrigará sempre, a internamento e aquela parte do social pode ser muito bem complementada.

Relativamente à questão da surpresa do tempo, a portaria saiu em finais do mês de janeiro, todas as unidades, todas as IPSSS do território, tiveram conhecimento da portaria, ela foi despoletada pela urgência, porque decorridos os 90 dias, culmina ou não, a candidatura, sendo certo que, neste momento, a instrução deveria ser feita até 21 de janeiro, sendo que o contacto que nos é feito, que é do conhecimento da mesa administrativa, quando é feita formalmente, esta proposta, é de há poucos dias atrás, face à urgência sobre a questão da pressão em termos da instrução da candidatura, levou exatamente, a que fosse pegado esta proposta do contrato comodato solicitado pela Santa Casa de Alpalhão, mas como existiram outras situações, disse que da reunião acontecida o manifesto da parte do Centro Social do e da Santa Casa da Misericórdia de Arez, sendo que as demais manifestaram-se claramente não opositoras à situação e isto foi a questão que se despontou da situação.

- Vereador Senhor **João José Cabim Malpique Rufino**, perguntou se houve uma reunião prévia à decisão, para se poder efetivamente avaliar os vários intervenientes que foram chamados na altura para receberem aquele apoio financeiro que a Câmara forneceu às IPSS.

Disse ainda existir também um órgão que é o Conselho Local de Ação Social, onde as várias IPSS são intervenientes, que seria sempre um local bom de discussão.

- Presidente Dr. **José Dinis Samarra Serra**, disse que a reunião que aconteceu, ao abrigo da distribuição da comparticipação, subsídio às IPSSS, foi muito produtiva, confessando que achou estranho, de uma forma muito salutar a abertura das Instituições para que, de uma forma conjunta, pudessem observar os problemas em conjunto e trabalhá-los em conjunto e ficou combinado que,

entre elas, iriam criar uma rotina de reuniões conjuntas nos respetivos espaços sociais que gerem no sentido de partilharem, daí não estranhar muito que esta proposta pudesse ser tão bem acarinhada por todos, assim não foi e faço ao desconforto, leva a que o custo de oportunidade é assim mesmo, sendo isso que acontece na gestão.

Relativamente ao Conselho Local de Ação Social, seria numa fase posterior, só podendo ser discutida após a instrução da parte de quem vai instruir a candidatura.

Os Vereadores Senhores Rafael José Tremoço Pinheiro Moura, por estar impedido em virtude de ser Irmão da Misericórdia de Alpalhão e Ana Cecília Manteiga Carrilho, por estar impedida em virtude de ser Irmã da Misericórdia de Alpalhão e Funcionária da Segurança Social.

PONTO Nº 7 – GJCA- Deliberação: 150/2026

Minuta de Regulamento Municipal de Direito à Habitação ao abrigo do Programa de Apoio ao Acesso à Habitação 1º Direito – Fim de Consulta Prévia.

Nos termos da IP Nº 3481/2026, de 14 de abril, do Gabinete Jurídico, Contencioso e Auditoria, o Executivo reunido aprova por Maioria, Com 4 (quatro) votos a favor, do Presidente, Dr. José Dinis Samarra Serra, Vice-Presidente, Dr. José Leandro Lopes Semedo e Vereadores, Senhor João José Cabim Malpique Rufino e Senhora Ana Cecília Manteiga Carrilho e 1 (uma) abstenção por parte do Vereador, Senhor Rafael José Tremoço Pinheiro Moura, o projeto de Regulamento Municipal de Direito à habitação ao Abrigo do Programa de Apoio ao Acesso à Habitação 1º Direito, remetendo-o à **Assembleia Municipal**, nos termos do art.º 25º, nº1 alínea g) da Lei nº 75/2013 de 12/09, com as alterações introduzidas pelo D.L. nº 10/2024 de 08/01.

Intervenções:

- Vereador Senhor **João José Cabim Malpique Rufino**, questionou se já foram entregues as diversas casas, tendo sido respondido que não globalmente, por insuficiência de resposta de uma especialidade subcontratada, nomeadamente de vãos interiores.

PONTO Nº 8 – DOTSM - Deliberação: 151/2026

Prédio degradado, na Rua da Igreja, nº s 7 e 9 em Montalvão.

Nos termos da Informação/Proposta Nº 3832/2026, da Divisão de Ordenamento do Território e Serviços Municipais, datada de 24 de março de 2026, o Executivo Reunido aprova por Unanimidade, com 5 (cinco) votos a favor, do Presidente, Dr. José Dinis Samarra Serra, Vice-Presidente, Dr. José Leandro Lopes Semedo e Vereadores, Senhor João José Cabim Malpique Rufino, Senhor Rafael José Tremoço Pinheiro Moura e Senhora Ana Cecília Manteiga Carrilho, notificar o reclamado, Senhor Miguel Alexandre de Oliveira Soares e Fernandes para a realização dos trabalhos constantes no auto de vistorias, relativa a prédio na rua da Igreja, nºs 7 e 9, em Montalvão, concedendo para tal 15 dias,

nos termos do nº 4 do art.º 89º do RJUE, alterado pelo Decreto-Lei nº 10.2024 de 8 de janeiro e 10 dias para apresentação de elementos instrutórios.

Intervenções:

- Vereador, Senhor **João José Cabim Malpique Rufino**, questionou qual o prédio a que este processo dizia respeito, tendo sido esclarecido.

PONTO Nº 9 – DOTSM - Deliberação: 152/2026

Pedido de Isenção de Taxas para a realização do Evento "Desfile de moda", no dia 9 de maio, no Largo do Calvário em Alpalhão. Requerente: AJAL - Associação de Jovens de Alpalhão.

Nos termos da Informação/Proposta Nº 3207/2026, da Divisão de Ordenamento do Território e Serviços Municipais datada de 02 de abril de 2026, o Executivo Reunido aprova por Unanimidade, com 5 (cinco) votos a favor, do Presidente, Dr. José Dinis Samarra Serra, Vice-Presidente, Dr. José Leandro Lopes Semedo e Vereadores, Senhor João José Cabim Malpique Rufino, Senhor Rafael José Tremoço Pinheiro Moura e Senhora Ana Cecília Manteiga Carrilho, a isenção de taxas para o evento "desfile de moda" que ocorrerá no dia 9 de maio, no Largo do Calvário, em Alpalhão, requerido pela AJAL - Associação de Jovens de Alpalhão.

Intervenções:

- Vereadora Senhora **Ana Cecília Manteiga Carrilho**, chamou a atenção para o facto do evento se ir realizar no dia 9 de maio e não no dia 6 de maio como está referido, sendo o local o Largo do Calvário, em Alpalhão.

PONTO Nº 10 – DOTSM– Deliberação: 153/2026

Pedido de Isenção de Taxas para a realização do Evento "XXIV Feira do Queijo", no dia 16 de maio, na Rua do Mercado e Espaço envolvente ao parque/jardim, em Tolosa. Requerente: Junta de Freguesia de Tolosa.

Nos termos da Informação/Proposta Nº 3329/2026, da Divisão de Ordenamento do Território e Serviços Municipais datada de 08 de abril de 2026, o Executivo Reunido aprova por Unanimidade, com 5 (cinco) votos a favor, do Presidente, Dr. José Dinis Samarra Serra, Vice-Presidente, Dr. José Leandro Lopes Semedo e Vereadores, Senhor João José Cabim Malpique Rufino, Senhor Rafael José Tremoço Pinheiro Moura e Senhora Ana Cecília Manteiga Carrilho, a isenção de taxas para o evento Evento "XXIV Feira do Queijo", no dia 16 de maio, na Rua do mercado e Espaço envolvente ao parque/jardim, em Tolosa. Requerente: Junta de Freguesia de Tolosa.

PONTO Nº 11 – DOTSM – Deliberação: 154/2026

Direito de preferência de prédio, Rua D. António Lobo da Silveira, nº 2, Nisa. Requerente: Maria Alexandra dos Santos Silva.

Nos termos da Informação/Proposta Nº 3477/2026, da Divisão de Ordenamento do Território e Serviços Municipais, datada de 14 de abril de 2026, o Executivo Reunido aprova por Unanimidade, com 5 (cinco) votos a favor, do Presidente, Dr. José Dinis Samarra Serra, Vice-Presidente, Dr. José Leandro Lopes Semedo e Vereadores, Senhor João José Cabim Malpique Rufino, Senhor Rafael José Tremoço Pinheiro Moura e Senhora Ana Cecília Manteiga Carrilho, **não exercer**, o direito de preferência relativo ao prédio sito na Rua D. António Lobo da Silveira, nº 2, em Nisa, na União de Freguesias de Espírito Santo, Nossa Senhora da Graça e São Simão, Artigo 1665. Requerente: Maria Alexandra dos Santos Silva.

PONTO Nº 12 – DOTSM– Deliberação: 155/2026

Prédio degradado na Rua do Castelo, nº 1, em Amieira do Tejo. Requerente: Gilda Luísa da Silva Ferreira.

Nos termos da Informação/Proposta Nº 3394/2026, da Divisão de Ordenamento do Território e Serviços Municipais, datada de 10 de abril de 2026, o Executivo Reunido aprova por Unanimidade, com 5 (cinco) votos a favor, do Presidente, Dr. José Dinis Samarra Serra, Vice-Presidente, Dr. José Leandro Lopes Semedo e Vereadores, Senhor João José Cabim Malpique Rufino, Senhor Rafael José Tremoço Pinheiro Moura e Senhora Ana Cecília Manteiga Carrilho, o indeferimento do alargamento do prazo e no âmbito da anterior notificação, se notifique a reclamada para proceder à realização dos trabalhos constantes no auto de vistorias, relativa a prédio na rua do Castelo, nº 1, em Amieira do Tejo, concedendo para tal 15 dias, nos termos do nº 4 do art.º 89º do RJUE, alterado pelo Decreto-Lei nº 10.2024 de 8 de janeiro, bem como 10 dias para apresentação de elementos instrutórios.

PONTO Nº 13 – DSC – Deliberação:156/2026

Realização de evento para crianças e jovens. Pedido de utilização do espaço do Largo do Calvário. Entidade requerente: Associação Desportiva Alpalhão Sport Clube.

Nos termos da Informação/Proposta Nº 3363/2026, da Divisão Sócio Cultural, datada de 9 de abril de 2026, o Executivo Reunido aprova por Unanimidade, com 5 (cinco) votos a favor, do Presidente, Dr. José Dinis Samarra Serra, Vice-Presidente, Dr. José Leandro Lopes Semedo e Vereadores, Senhor João José Cabim Malpique Rufino, Senhor Rafael José Tremoço Pinheiro Moura e Senhora Ana Cecília Manteiga Carrilho, a utilização do espaço do Largo do Calvário, com serventia das casas de banho, bar, copa e também dos campos de padel de acordo com o ponto 2, do artigo 1º e artigo 4º das Regras de Utilização do espaço do Largo do Calvário, no dia 13 de junho entre as 10H00 e as 21H00, requerido pela Associação desportiva Alpalhão Sport Clube.

PONTO Nº 14 – DSC – Deliberação: 157/2026



Pedido de cedência de espaços do Centro Cultural de Alpalhão - Santa Casa da Misericórdia de Alpalhão.

Nos termos da Informação/Proposta Nº 3453/2026, da Divisão Sócio Cultural, datada de 14 de abril de 2026, o Executivo Reunido aprova por Maioria, com 3 (cinco) votos a favor, do Presidente, Dr. José Dinis Samarra Serra, Vice-Presidente, Dr. José Leandro Lopes Semedo e Vereadores, Senhor João José Cabim Malpique Rufino, a cedência da sala polivalente do refeitório do Centro Cultural de Alpalhão à Santa casa da Misericórdia de Alpalhão, do dia 20 de abril a final de junho de 2026, entre as 20H00 e as 23H00 de acordo com o Regulamento Municipal aplicável.

Os vereadores Senhores Rafael José Tremoço Pinheiro Moura, por estar impedido em virtude de ser Irmão da Misericórdia de Alpalhão e Ana Cecília Manteiga Carrilho, por estar impedida em virtude de ser Irmão da Misericórdia de Alpalhão e Funcionária da Segurança Social.

PONTO Nº 15 –DSC– Deliberação: 158/2026

Cedência da sala polivalente do Centro Cultural de Alpalhão à Associação de Dadores Benévolos de Sangue de Portalegre.

Nos termos da Informação/Proposta Nº 3483/2026, da Divisão Sócio Cultural, datada de 15 de abril de 2026, o Executivo Reunido aprova por Unanimidade, com 5 (cinco) votos a favor, do Presidente, Dr. José Dinis Samarra Serra, Vice-Presidente, Dr. José Leandro Lopes Semedo e Vereadores, Senhor João José Cabim Malpique Rufino, Senhor Rafael José Tremoço Pinheiro Moura e Senhora Ana Cecília Manteiga Carrilho, a cedência da sala polivalente do Centro Cultural de Alpalhão à Associação de Dadores Benévolos de Sangue de Portalegre, nos dias 13 de fevereiro e 21 de agosto de 2027, com vista á realização de colheitas de sangue, nos termos dos artigos 23º e 33º da lei nº 75/2013 de 12/09.

Ponto nº 16 – SRHSA - Deliberação: 159/2026

Proposta para abertura de procedimentos concursais comuns para postos de trabalho previstos e não ocupados no Mapa de pessoal de 2026.

Nos termos da Informação/Proposta Nº 3488/2026, da Seção de Recursos Humanos e Serviços Auxiliares, datada de 15 de abril de 2026, o Executivo Reunido aprova por Maioria, com 4 (quatro) votos a favor, do Presidente, Dr. José Dinis Samarra Serra, Vice-Presidente, Dr. José Leandro Lopes Semedo e Vereadores, Senhor João José Cabim Malpique Rufino e Senhora Ana Cecília Manteiga Carrilho e 1 (um) voto contra com declaração de voto por parte do Senhor vereador Senhor Rafael José Tremoço Pinheiro Moura, a abertura de procedimentos concursais comuns para postos de trabalho previstos e não ocupados no Mapa de pessoal de 2026:

- Um posto de trabalho de Assistente Técnico (Gabinete de Relações Públicas e Informação);
- Um posto de trabalho de Técnico Superior (Gabinete de Informática);

- Um posto de trabalho de Técnico Superior - Contabilidade (DAF/Secção Financeira);
- Um posto de trabalho de Assistente Técnico (DAF/Secção de Expediente e Arquivo);
- Um posto de trabalho de Assistente Técnico (DSC/Secção de Educação e Qualificação);
- Um posto de trabalho de Assistente Operacional (DSC/Secção de Administração Escolar);
- Dois postos de trabalho de Assistente Técnico (DSC/Secção de Atividades Desportivas e Lazer);
- Dois postos de trabalho de Assistente Operacional (DSC/Secção de Atividades Desportivas e Lazer);
- Dois postos de trabalho de Assistente Operacional - Pedreiro (DOTSM/Setor de Obras Municipais);
- Um posto de trabalho de Assistente Operacional - Tratorista (DOTSM/Setor de Obras Municipais);
- Um posto de trabalho de Assistente Operacional - Calceteiro (DOTSM/Setor de Obras Municipais);
- Um posto de trabalho de Assistente Operacional - Carpinteiro (DOTSM/Setor de Obras Municipais);
- Um posto de trabalho de Assistente Operacional - Jardineiro (DOTSM/Setor de Abastecimento Público e Espaços Verdes);
- Um posto de trabalho de Assistente Operacional - Varreduras (DOTSM/Setor de Abastecimento Público e Espaços Verdes);
- Um posto de trabalho de Assistente Operacional - Recolha de Lixo (DOTSM/Setor de Abastecimento Público e Espaços Verdes);
- Dois postos de trabalho de Assistente Técnico (DSC/Setor de Cultura e Turismo);
- Um posto de trabalho de Assistente Operacional - Motorista de Pesados (DOTSM/Setor de Parque de Viaturas).

Intervenção:

- Presidente Dr. **José Dinis Samarra Serra**, proferiu a seguinte declaração:

"A proposta aqui trazida hoje não é uma proposta administrativa, mas uma proposta de responsabilidade política.

Estamos a falar da abertura de procedimentos concursais para preenchimento de postos de trabalho previstos no mapa de pessoal para 2026, posso dizer que não são novos, nem respostas circunstanciais, mas sim necessidades concretas fundamentais e acima de tudo inadiáveis, importa começar por dizer com toda a clareza, o Município de Nisa enfrenta hoje um problema estrutural ao nível dos seus profissionais.

Temos assistido ao longo dos últimos anos a uma saída contínua de trabalhadores por motivo de aposentação em áreas absolutamente críticas para o funcionamento dos nossos serviços municipais e essa realidade não é teórica, sente-se no terreno no dia a dia, na capacidade de resposta que temos dado às populações e muitas vezes às Associações, estamos a perder experiência, conhecimento acumulado e capacidade operacional, porque os mais velhos é que ensinam os mais novos e aquilo que não fizemos hoje, em tempo útil, pagaremos amanhã com serviços degradados e com incapacidade de resposta algum dia terá que ser, e é aqui que importa ser claro, os serviços municipais não funcionam sem pessoas e, sobretudo, não funcionam sem trabalhadores operacionais, estamos a falar de áreas como a limpeza urbana, a recolha de resíduos, a manutenção de espaços verdes, as

obras municipais, o apoio às escolas, o funcionamento dos equipamentos, são estas funções invisíveis para alguns, mas absolutamente essenciais para quem vive no nosso território, aquilo que esta proposta faz é, em muitos casos não reforçar, mas simplesmente repor aquilo que já foi perdido, é garantir mínimos, isto é, evitar ruturas, porque a alternativa é simples, não aprovar essa proposta é aceitar de forma consciente, para não dizer inconsciente a degradação progressiva dos serviços municipais, mas há uma segunda dimensão que importa aqui. Introduzir com toda a frontalidade e que muitas vezes não é devidamente valorizada, que é a dimensão técnica e digital, hoje os municípios não são apenas estruturas administrativas, são entidades profundamente dependentes de sistemas digitais de plataformas, de dados e de infraestruturas tecnológicas, e mais deixaram de ser apenas utilizadores desses sistemas, passaram a ser responsáveis por eles, por exemplo, com a entrada em vigor do novo regime jurídico da cibersegurança, saído agora no início do mês de abril, o chamado NIS2, a realidade mudou de forma muito significativa, os municípios passam a estar diretamente abrangidos por obrigações legais existentes e exigentes, claras e auditáveis, deixa de ser uma questão de boas práticas, passa a ser uma obrigação legal com consequências, e mais importante ainda, a responsabilidade deixa de ser apenas técnica, passa a ser política e institucional, passa a recair diretamente sobre os órgãos de gestão, isto é, sobre nós, estamos a falar de obrigações como gestão formal de risco, planos de resposta a incidência, monitorização contínua, notificação obrigatória de incidentes, produção de evidências e reporte permanente e isto não se faz com boas intenções, faz-se com capacidade técnica qualificada instalada nos municípios.

Importa também dizer que os sistemas que hoje gerimos não são neutros, estamos a falar de infraestruturas que suportam os serviços essenciais como a água, a proteção civil, a gestão territorial, um incidente informático hoje não é um problema técnico, pode ser uma falha num serviço essencial à população, aliás, aquando do apagão, tivemos essa situação na questão do abastecimento aos reservatórios, ora, perante esta realidade, temos de olhar para dentro e assumir, não temos nesse momento uma estrutura suficientemente robusta para responder a essas exigências, há dispersão de recursos e há uma evidente falta de massa crítica ao nível do quadro dos técnicos superiores especializados e é mesmo neste contexto, por exemplo, que a previsão de um técnico superior de informática não é um luxo e nem é um detalhe, é uma necessidade estratégica imposta por lei.

Ainda no geral e finalmente, importa também referir que esta proposta, não foi dito pela Dona Nazaré, mas reforço eu, é financeiramente responsável, exige enquadramento orçamental, exige margem, exige prudência de forma como se está a planear esse esforço, não estamos perante uma expansão descontrolada, estamos perante uma resposta ponderada, sustentada financeiramente e obrigatoriamente necessária, a decisão que hoje temos pela frente é simples, ou escolhemos antecipar, planear e garantir capacidade de resposta ou escolhemos adiar, empurrar problemas para a frente e aceitar mais tarde as consequências desta inação entre o imobilismo e a responsabilidade, este executivo escolheu agir e apresentar a presente proposta, porque aquilo que está em causa não são apenas números, são serviços municipais, são pessoas e é a capacidade do município de cumprir a sua própria missão."

- Vereador, Senhor **João José Cabim Malpique Rufino**, disse que a proposta conta, é pela maioria dos serviços, fazendo aqui referência e ainda bem que é por tempo indeterminado, terminando a insegurança e a instabilidade no posto de trabalho, são tudo lugares por tempo indeterminado, estes que vêm aqui nesta informação proposta, sendo que a única situação que pode questionar, é que 80.000 euros para 21 postos de trabalho, não chegarão para três meses.

- Vereador, Senhor **Rafael José Tremoço Pinheiro Moura**, disse ter uma declaração de voto para fazer sobre este assunto, mas antes de o fazer, questionou se neste universo dos 21 postos de trabalho que se vão fazer, se não se podem dividir entre aquilo que é a parte dos Assistentes Técnicos e dos Assistentes Operacionais, porque tem um sentido de voto se forem em separado.

- Presidente Dr. **José Dinis Samarra Serra**, disse ser essa a proposta dos serviços que é igual aquela que foi trazida aquando da aprovação do mapa de pessoal, quando da discussão do orçamento.

Vice-Presidente, Dr. **José Leandro Lopes Semedo**, disse que em relação a este caso, como já referiu o Senhor Presidente, está-se numa altura crítica em que o número de pessoas que se vão aposentar é muito grande e numa área muito sensível, estando-se a falar em Assistentes operacionais em várias áreas que nos forçam a ter que se aprovar uma proposta, já que não só nesta parte, mas também na de Assistentes Operacionais, como também Técnicos Superiores, os serviços funcionam numa lógica que não se limita aquilo que é só a operacionalidade, quando o Senhor Presidente falou aqui em termos do Técnico Superior Qualificado para a área da informática, é muito importante hoje em dia para a questão da cibersegurança e impõe praticamente que haja uma pessoa responsável por essa área, estando-se a falar em 49 pessoas que têm mais de 60 anos, nestes próximos anos, 49 pessoas vão certamente aposentar-se, estando-se aqui a falar no universo 21, ainda falta aqui muito mais, possivelmente haverá aqui Assistentes Técnicos que se vão aposentar, havendo Técnicos Superiores que também se vão aposentar, havendo aqui um número muito grande e muito significativo, basta ler-se o Balanço Social do Município de Nisa, O último Balanço social para se poder esses números e é uma questão mesmo só de apreciar e ver qual é que são os dados que lá estão e fazer-se uma conta muito, muito fácil, que é destes 49 que tem mais de 60 anos, estando-se aqui a falar em 21, ainda deverá haver para o ano ou para o próximo e seguintes, renovação geracional, estando-se a tentar colocar nesta fase, que alguns ainda possam adquirir conhecimento que se podem perder, estando-se a falar de, por exemplo, de um calceteiro que certamente já não vão apanhar o conhecimento desse calceteiro, um pedreiro, possivelmente a mesma coisa, estando-se aqui a falar de áreas muito sensíveis, apelando, por isso para o bom senso em termos desta proposta.

- Presidente Dr. **José Dinis Samarra Serra**, disse que quando se fala da cibersegurança, indo ter a oportunidade em breve, não o tendo feito, porque não houve tempo para isso, na semana passada teve uma reunião do Conselho Intermunicipal extraordinária, em que um dos pontos foi a cibersegurança, sendo extremamente complexa a situação que aí vê, tendo que se apetrechar não apenas de recursos, não só em seio da Comunidade intermunicipal, mas também dos Municípios, e

não só, das Juntas de Freguesia, todos passaram a ser agentes ativos, irá trazer uma apresentação em sede, que é necessário começar-se a consciencializar, mas também, está-se a um passo que começa a ser discutido em termos de reforma da administração pública, veio a desmaterialização, mas agora veio a inteligência artificial, e a inteligência artificial vai obrigar a cada vez mais que os nossos serviços municipais, nomeadamente mais os administrativos, estejam equipados pelos sistemas de assistência, começa a notar-se na saúde começam a ser experimentadas algumas situações na área da saúde e muito rapidamente vai-se expandir e vai obrigar a que se tenha uma análise interpretativa sobre esta matéria de uma forma de discussão muito alargada nesse mesmo sentido, é bom que se comece a consciencializar que em termos da atividade operacional, se começa a ter um défice, mas também ao nível daquele que são as respostas de Técnicos

Superiores, Assistentes Técnicos, vai haver uma reforma muito grande, nos próximos tempos na administração pública e as pessoas têm que começar a preparar-se para essa evolução.

Declaração de voto contra PSD:

“DECLARAÇÃO DE VOTO

Proposta — Abertura de Procedimentos Concurrais Comuns

(Postos de trabalho previstos e não ocupados no Mapa de Pessoal de 2026)

No âmbito da apreciação da presente proposta, relativa à abertura de procedimentos concursais para ocupação de postos de trabalho previstos no Mapa de Pessoal, cumpre-me declarar o seguinte:

Não obstante os postos de trabalho em causa se encontrarem formalmente previstos e aprovados nos instrumentos de gestão de recursos humanos do Município, tal facto, por si só, não constitui fundamento bastante para a abertura de procedimentos concursais.

A proposta apresentada revela-se manifestamente Insuficiente do ponto de vista da sua fundamentação, não sendo explicitadas as necessidades concretas que justificam o recrutamento, nem identificados os serviços a reforçar, os perfis pretendidos ou o impacto funcional das admissões na atividade municipal. Esta omissão impede uma avaliação rigorosa da oportunidade, prioridade e necessidade das contratações.

Acresce que não é demonstrado o enquadramento orçamental das admissões, designadamente quanto ao impacto na despesa com pessoal e à respetiva sustentabilidade financeira, elemento essencial para assegurar o cumprimento dos princípios da boa gestão dos recursos públicos.

Importa ainda referir que decisões desta natureza devem ser suportadas por informação clara, completa e transparente, garantindo o respeito pelos princípios da legalidade, da necessidade, da proporcionalidade e da boa administração, o que não se verifica no caso em apreço.

Face ao exposto, e considerando que a proposta não reúne os requisitos mínimos de fundamentação técnica, financeira e organizacional que permitam uma decisão consciente e responsável, vota contra a sua aprovação.

O Vereador”

- Presidente Dr. **José Dinis Samarra Serra**, disse que fica assim registado que a rejeição da presente proposta por parte do PSD não decorreu de falta de fundamentação, porque naquilo que menciona está precisamente toda a informação expressa nos setores onde vão ser albergados os respetivos profissionais ou potenciais profissionais que aqui decorrem, fundamentação, necessidade amplamente demonstradas, mas sim, revela-se efetivamente uma opção política do PSD, assumida em pleno conhecimento das implicações que vêm para o serviço municipal e cujas consequências, se assim fosse votado pela oposição se faria inevitavelmente sentir mais, acresce que relativamente à parte financeira se tivesse havido uma preocupação de ler, a informação proposta 3417, diz o seguinte, recrutamento do pessoal para novos postos de trabalho por tempo indeterminado, existe um saldo de 80.125 euros na rubrica referente recrutamento do pessoal para novos postos de trabalho por tempo determinado, existe um saldo de 55.000 euros, portanto, a informação está toda na proposta.

Ponto nº 17 – SRHSA - Deliberação: 160/2026

Recrutamento de 1 trabalhador com recurso à reserva de recrutamento interna constituída na sequência do procedimento concursal comum para vínculo de emprego público em contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, para preenchimento de 1 posto de trabalho para a categoria de Assistente Operacional, da carreira geral de Assistente Operacional - Sapador Florestal (Serviços Municipais de Proteção Civil) - Refº 06/2024.

Nos termos da Informação/Proposta Nº 3489/2026, da Seção de Recursos Humanos e Serviços Auxiliares, datada de 15 de abril de 2026, o Executivo Reunido aprova por Unanimidade, com 5 (cinco) votos a favor, do Presidente, Dr. José Dinis Samarra Serra, Vice-Presidente, Dr. José Leandro Lopes Semedo e Vereadores, Senhor João José Cabim Malpique Rufino, Senhor Rafael José Tremoço Pinheiro Moura e Senhora Ana Cecília Manteiga Carrilho, a proposta para Recrutamento de 1 trabalhador com recurso à reserva de recrutamento interna constituída na sequência do procedimento concursal comum para vinculo de emprego público em contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, para preenchimento de 1 posto de trabalho para a categoria de Assistente Operacional, da carreira geral de Assistente Operacional - Sapador Florestal (Serviços Municipais de Proteção Civil) - Refº 06/2024.

Intervenções:

- Presidente Dr. **José Dinis Samarra Serra**, acrescentou que a equipa de Sapadores Florestais é constituída por 5 elementos, há dois ou três ou 3 meses atrás, estávamos apenas com três, havendo uma situação que é crítica, de um colega nosso, havendo outra situação que houve um restabelecimento de saúde e já incorporou a equipa florestal e as equipas funcionam com 5 elementos, as equipas são financiadas, o que está em causa aqui é perda da equipa, é a reposição, a perda da equipa e a perda do financiamento, daí se estar a optar por um procedimento que já existe e ir compensar essa insuficiência do quadro dos 5.

Ponto nº 18 – SRHSA - Deliberação: 161/2026

Recrutamento de 1 trabalhador com recurso à reserva de recrutamento interna constituída na sequência do procedimento concursal comum para constituição de vínculo de emprego público em contrato de trabalho em funções públicas a termo resolutivo certo, para preenchimento de dois postos de trabalho para a categoria de Assistente Operacional, da carreira geral de Assistente Operacional - (DPJ/Seção de recursos Humanos e Serviços Auxiliares) - Refª 01/2024.

Nos termos da Informação/Proposta Nº 3490/2026, da Seção de Recursos Humanos e Serviços Auxiliares, datada de 15 de abril de 2026, o Executivo Reunido aprova por Unanimidade, com 5 (cinco) votos a favor, do Presidente, Dr. José Dinis Samarra Serra, Vice-Presidente, Dr. José Leandro Lopes Semedo e Vereadores, Senhor João José Cabim Malpique Rufino, Senhor Rafael José Tremoço Pinheiro Moura e Senhora Ana Cecília Manteiga Carrilho, a proposta para recrutamento de 1 trabalhador com recurso à reserva de recrutamento interna constituída na sequência do procedimento concursal comum para constituição de vínculo de emprego público em contrato de trabalho em funções públicas a termo resolutivo certo, para preenchimento de dois postos de trabalho para a categoria de Assistente Operacional, da carreira geral de Assistente Operacional - (DPJ/Seção de Recursos Humanos e Serviços Auxiliares) - Refª 01/2024.

Intervenções:

- Vereadora Senhora **Ana Cecília Manteiga Carrilho**, perguntou porque é que todos os concursos são concursos por tempo indeterminado e este último não.

- Presidente Dr. **José Dinis Samarra Serra**, porque já foi, sendo este uma reserva de recrutamento, estando no limite, por isso face ao procedimento que foi desenvolvido, em 2024, poder ainda ir-se buscar a reserva e ocupar já o posto imediatamente, sendo necessário muitas vezes pensar-se quando se tratam de situações indeterminadas, principalmente, pensar, nessas reservas de recrutamento, por forma a que se possa resolver as situações de necessidades, nesta área também houve umas saídas de assistentes operacionais e é preciso começar-se a preocupar com essa reposição.

Ponto nº 19 – SCPP - Deliberação: 162/2026

Património Líquido / investimento e Inventário da Câmara Municipal de Nisa - Exercício de 2025.

Nos termos da alínea i) nº 1 do art.º 33º da lei 75/2013, de 12/09 e da Informação/Proposta Nº 3519/2026, da Seção de Contratualização Pública e Património datada de 15 de abril de 2026, o Executivo Reunido aprova por Maioria, com 2 (dois) votos a favor, do Presidente, Dr. José Dinis Samarra Serra, Vice-Presidente, Dr. José Leandro Lopes Semedo, 2 (duas) abstenções por parte dos Vereadores, Senhor João José Cabim Malpique Rufino e Senhora Ana Cecília Manteiga Carrilho e 1 (um) voto contra com declaração de voto por parte do Vereador, Senhor Rafael José Tremoço Pinheiro

Moura e submete á **Assembleia Municipal**, para cumprimento da alínea l) do nº 2 do art.º 25º da referida Lei nº 75/2013, conjugado com o Ponto 5 - Nota 12 do Dec. Lei nº 192/2015 de 11/09, o Património Líquido/Investimentos e Inventário da Câmara Municipal de Nisa - Exercício de 2025, no valor total, em Património Bruto de 125.701.721,97 €, em Depreciações Acumuladas de 71.049.242,62€ e em Património Líquido de 54.652.479,35€ e que é constituído por Investimento, Bens do Domínio Público, Investimentos Financeiros, Activos Fixos Tangíveis, Activos Intangíveis e Investimentos em Curso .

Acréscimos patrimoniais no ano de 2025 tiveram um valor bruto de 7.576.605,70 €;

Diminuições patrimoniais no ano 2025 tiveram um valor bruto de 6.583.964,44€ (inclui abates, desvalorizações e depreciações/amortizações)

Valor das depreciações do exercício 2025 – 3.907.860,58€.

O património bruto teve um aumento em 2025 no valor de 4.178.831,64€.

Os investimentos em curso abrangem os investimentos de adição, melhoramento ou substituição enquanto não estiverem concluídos pelo que é de uso temporário.

No ano de 2025 os investimentos em curso, foram concluídos 15 - valor 3.570.321,92€ e mantêm-se em curso 14 obras – valor de 4.134.960,58€, conforme anexos Resumo de Investimentos em Curso.

Quanto á classe 3 – Inventario que inclui as existências, adquiridas para venda ou para uso interno sendo o total do inventário em armazém a 31/12/2025 no valor de 512.550,67€.

Intervenções:

- Presidente Dr. **José Dinis Samarra Serra**, disse que o que está aqui em causa, é haver um aumento do valor patrimonial, porque se está a falar em final de 2025, no montante de um pouco acima dos 4000.000 euros, sendo que ainda se encontrava à data de 31/12/2025, 14 obras em curso no montante de 4.000.134 euros, que ainda não estão incorporadas no nosso património

- Vereadora Senhora **Ana Cecília Manteiga Carrilho**, perguntou se onde diz beneficiação de arruamentos no Concelho, rua da Regata e rua Ramal de Portalegre se isso não foi as Estradas de Portugal, tendo sido respondido que não, afirmando em consequência que se não foi, então não está concluída, explicando que há uns anos atrás houve arranjo do calcetamento dessa rua, por incrível que pareça, parou ao pé da sua porta e agora quando há chuva, porque aquilo tem lá um alto, o caneiro que está subido e quando há chuvas, aquilo alaga tudo, sendo isso só um reparo, só para lembrar que isso não está bem.

Declaração de voto contra PSD:

"DECLARAÇÃO DE VOTO

Proposta nº 3519/2026

"Património Líquido / Investimentos e Inventário — Exercício de 2025"

No âmbito da apreciação da proposta acima identificada, relativa ao inventário e à situação patrimonial do Município de Nisa no exercício de 2025, cumpre-me declarar o seguinte:

Após análise do documento apresentado, verificam-se fragilidades e inconsistências que suscitam reservas quanto à fiabilidade e transparência da informação financeira submetida a deliberação. .

Desde logo, evidencia-se uma incongruência relevante entre a variação patrimonial apurada a partir dos acréscimos e diminuições registados e o aumento do património líquido declarado. Tal discrepância não se encontra devidamente justificada no documento, comprometendo a compreensão clara da evolução patrimonial.

Adicionalmente, a informação relativa às depreciações e amortizações apresenta-se ambígua, não sendo possível aferir com segurança se os respetivos valores estão devidamente refletidos nas diminuições patrimoniais, o que pode originar distorções na representação das contas.

Acresce que o documento carece de elementos essenciais de suporte, nomeadamente os anexos referidos, bem como de uma adequada reconciliação contabilística, limitando a validação técnica dos valores apresentados e o cumprimento integral dos princípios de rigor e transparência exigidos na gestão financeira pública.

Importa ainda assinalar indícios de fragilidade ao nível do controlo interno e da qualidade formal do documento, evidenciados por lapsos de preenchimento e inconsistências redacionais, que não são compatíveis com a exigência inerente à prestação de contas públicas.

Face ao exposto, entende-se que não estão reunidas condições suficientes para uma aprovação plenamente fundamentada e esclarecida da proposta, subsistindo riscos de desconformidade com os normativos contabilísticos aplicáveis e de eventual responsabilidade financeira.

Nestes termos, voto contra a presente proposta, recomendando a sua revisão, com apresentação de informação devidamente clarificada, completa e tecnicamente validada.

O Vereador"

- Presidente Dr. **José Dinis Samarra Serra**, disse ir pronunciar-se sobre a apreciação que acaba de ser feita, pondo em causa mais uma vez, não só aquele que é o profissionalismo dos nossos colaboradores municipais, bem atentos a essa matéria e mais uma vez, disse que esta informação consta precisamente da informação proposta, portanto, uma leitura adequada dos documentos faria sentido.

Ponto nº 20 – SCPP - Deliberação: 163/2026

Pedido de averbamento de sepultura.

Nos termos da Informação/Proposta Nº 3313/2026, da Seção de Contratualização Pública e Património datada de 08 de abril de 2026, o Executivo Reunido aprova por Unanimidade, com 5 (cinco) votos a favor, do Presidente, Dr. José Dinis Samarra Serra, Vice-Presidente, Dr. José Leandro Lopes Semedo e Vereadores, Senhor João José Cabim Malpique Rufino, Senhor Rafael José

Tremoço Pinheiro Moura e Senhora Ana Cecília Manteiga Carrilho, o averbamento do Alvará nº 728/98, em nome de António da Anunciada Carita Valente, morador na Rua Padre José Ribeirinho, nº 36, em Nisa.

Ponto nº 21 – SF - Deliberação: 164/2026

Alteração nº 4 às Grandes Opções do Plano – GOP (PPI e AMR)

Nos termos do conteúdo da Informação/Proposta Nº 3485/2026, datada de 15 de abril de 2026, da Secção Financeira, o Executivo Reunido aprova por Maioria, com 2 (dois) votos a favor, do Presidente, Dr. José Dinis Samarra Serra, Vice-Presidente, Dr. José Leandro Lopes Semedo e 3 (três) abstenções por parte dos Vereadores, Senhor João José Cabim Malpique Rufino, Senhor Rafael José Tremoço Pinheiro Moura e Senhora Ana Cecília Manteiga Carrilho, a 4ª alteração às GOP (Grandes Opções do Plano) no montante de 20.030,00 euros.

Ponto nº 22 – SF - Deliberação: 165/2026

Alteração nº 4 ao Orçamento da Despesa 2026.

Nos termos do conteúdo da Informação/Proposta Nº 3486/2026, datada de 15 de abril de 2026, da Secção Financeira, o Executivo Reunido aprova por Maioria, com 2 (dois) votos a favor, do Presidente, Dr. José Dinis Samarra Serra, Vice-Presidente, Dr. José Leandro Lopes Semedo e 3 (três) abstenções por parte dos Vereadores, Senhor João José Cabim Malpique Rufino, Senhor Rafael José Tremoço Pinheiro Moura e Senhora Ana Cecília Manteiga Carrilho, a 4ª alteração orçamental no montante de 123.030,00 euros.

Ponto nº 23 – SF - Deliberação: 166/2026

Prestação de Contas da Câmara Municipal de Nisa do ano de 2025.

Nos termos da IP Nº 30/2026, de 14 de abril, da Secção Financeira, de acordo com a alínea i) do nº 1 do art.º 33º da Lei nº 75/2013 de 12/09 foram elaborados os documentos de prestação de contas, relativos ao ano de 2025, tendo o Executivo reunido aprova por Maioria, com 2 (dois) votos a favor, do Presidente, Dr. José Dinis Samarra Serra, Vice-Presidente, Dr. José Leandro Lopes Semedo e 3 (três) abstenções por parte dos Vereadores, Senhor João José Cabim Malpique Rufino, Senhora Ana Cecília Manteiga Carrilho e Senhor Rafael José Tremoço Pinheiro Moura com declaração de votos, submetendo à **Assembleia Municipal** a prestação de contas do ano de 2025, tendo em vista o controlo político, conforme alínea l) do nº 2 do art.º 25º do referido diploma e de acordo com as seguintes situações aplicáveis:

Balanço:

Total do ativo: 59.100.942,14€;

Património líquido: 59.622.855,83€;

Passivo: 2.478.086,31€;

Rendimentos e Gastos (DR)

Resultado líquido: 19.146,06€;

Recebimentos e pagamentos (DFC)

Saldo da execução orçamental: 1.848.125,52€;

Saldo de operações de tesouraria: 231.457,16 €

Desempenho Orçamental (DDORC)

Recebimentos: 20.348.233,50€;

Pagamentos: 18.500.107,98€;

Saldos iniciais de desempenho orçamental: 1.939.503,70 €;

Operações de Tesouraria: 299.635,60€;

Saldos finais do desempenho orçamental: 1.848.125,52 €;

Operações de Tesouraria: 231.457,16 €.

Intervenções:

- Presidente Dr. **José Dinis Samarra Serra**, proferiu a seguinte declaração:

"A prestação de contas de 2025 não é apenas um instrumento técnico de verificação contabilística, é sobretudo um momento de escrutínio político, onde se confrontam narrativas com factos, perceções com resultados e discursos com evidências, o que aqui é trazido Hoje não é uma construção dispersiva, é uma demonstração objetiva, sustentada e verificável de governação responsável e o António Quiala já aqui fez questão de mencionar, portanto, as entidades, ora vejamos quanto à realidade dos números, apraz dizer quanto à solidez e responsabilidade e começemos pelo essencial, porque os dados são mesmo inequívocos, dívida à banca, segundo ano consecutivo, zero, resultado líquido positivo, 19.146 euros positivos, crescimento patrimonial já vimos manifestamente sido observado, portando pela contratualização, são mais de 4.000.000 de euros a receita cobrada, 20.350.000 de euros, a despesa executada 18,050.000 euros, mas ainda mais amiúde a execução orçamental, a taxa de execução da despesa 18,500.000 de euros, 63,68%, taxa de execução da receita, 20,035.000, 70,04% despesa corrente, de elevada execução no montante de 11,012.000 euros correspondendo a 85,27%, investimento em despesa de capital, quase 7.000.000 euros em termos de execução 44,80% e aquilo que se observa efetivamente o equilíbrio estrutural positivo com a receita global superior à despesa e nessa mesma matéria em termos da estrutura financeira, dizer que as receitas correntes foram superiores às despesas correntes e que assim cumprimos aquele que é o princípio do equilíbrio orçamental, não é novidade a forte dependência de transferências correntes que se situa nos cerca de 80%, fazendo uma análise comparativa que é facilmente retratável nos mapas que foram distribuídos, nós estamos a falar de um crescimento de receita entre o período de 2020/2025, em corrente +25,5% e em capital +285,5%, assim é demonstrada a robustez da receita corrente e reforço significativo do financiamento de capital, quanto às despesas do custo,

o peso da despesa corrente é 59,53% do total e quanto às suas principais componentes, aí não há dúvidas, estamos a falar quanto ao pessoal de 50,25% da despesa corrente e quanto a bens e serviços 40,72%, isto verifica-se evidentemente uma pressão crescente da despesa estrutural típica do contexto inflacionista que temos vivido e também da forte atualização salarial, quanto à situação económica ou financeira, mas ainda redundante, mas apelando aqui a alguns rácios, reforçar que o resultado líquido deste período de 2025 é positivo no montante 19.146,06 e que é uma franca recuperação face ao resultado negativo de 2024, a autonomia financeira é de 96%, o endividamento é muito reduzido, é só de 4%, quanto à solvabilidade, ela é mesmo muito elevada 22,85% e quanto à liquidez geral, é confortável de curto prazo, temos 2,11 para pagar cada 1 euro em dívida está a ser demonstrado uma situação financeira muito sólida, com elevada Independência e mais, relativamente ao endividamento de tesouraria, basta reforçar aquilo que foi dito, dívidas a terceiros de banca é inexistente em 2025, tal como já aconteceu em 2024, e o saldo de gerência, como já aqui trouxemos, portanto, para transição, foi no montante de 1,085.000 de euros, e demonstrado uma gestão rigorosa da tesouraria e cumprimento integral das nossas ligações a estrutura de custos por funções temos as funções gerais que contribui com 47,85 %, as funções sociais em 40,29% e as funções económicas nos 9%, ou seja, deduzimos que há uma forte concentração nos serviços gerais e sociais, refletindo a orientação para apoio direto à população, em síntese nessa matéria, o exercício de 2025 evidencia um município financeiramente equilibrado, solido e sustentável, com os números, não enganam elevada autonomia financeira, a ausência de endividamento relevante e a capacidade de geração de excedente corrente, a par de uma boa execução da atividade municipal, isto quer significar que o município vive dentro das suas possibilidades, reforçou o seu património mantém a capacidade de investimento sem recorrer à banca, não estamos perante sinais de fragilidade, estamos perante os indicadores claros de equilíbrio de autonomia e sustentabilidade e Importa colocar a questão com frontalidade política, onde está o descontrole que alguns insistem em querer ver e agora passamos um pouco também, porque é importante quanto à narrativa e quanto à governação e há duas formas de estar na política, uma assente na construção de narrativas, outra baseada na gestão com a responsabilidade que estamos vindo a ser habituados nos últimos anos, este e o anterior executivo escolheram, sem dúvida, a segunda, quando se trata de alimentar perceções os dados demonstram que cumprimos a regra de ouro e qual é ela que receita corrente superior à despesa corrente, capacidade de planeamento e execução, controlo financeiro rigoroso, não falamos da retórica, mas sim de uma boa governação e quanto à execução das atividades, a nossa prioridade é e será sempre para as pessoas a execução das atividades mais relevantes evidencia um modelo político claro, uma execução global de 89,21%, uma execução anual de 80,31%, nós estamos aqui perante intenções, estamos efetivamente a verificar concretização e quanto à coesão social e proximidade, pois bem, falemos dos apoios diretos às famílias e aí não podemos esquecer e relembrar o exemplo do seguro municipal de saúde ou mesmo o programa nascer em Nisa, com elevada execução, também não podemos esquecer, embora reforçado este ano, já em 2026 no ano de 2025, os 140.000 euros totalmente executados no apoio às IPSS e o nosso princípio é claro, não deixar ninguém para trás, quanto à cultura e à economia local e vamos falar um pouco, então do Nisa em Festa, este é um caso paradigmático, muito se fala muito se critica, mas convém expor a verdade, pois bem, com toda a frontalidade foram gastos 720.000 euros e fique claro, 720.000 euros podem apontar, é só fazer contas e qual é que é o retorno direto? É o retorno direto para o associativismo local, é uma festa da Comunidade para a Comunidade, é a festa da

família em pleno Coração de Nisa, mas veja-se algo interessante quando se critica, quando se compara o valor histórico de 2007, 2008 e 2009, 2007 valores atualizados pelo INE, 1,028.000 euros, 2008, 922.000 euros, 2009, 752.000 euros, verifica-se que foram realizados investimentos aquela data significativamente superiores, se alguém tem dúvidas, estão aqui, podem consultar e curiosamente, nesta altura não se ouviu o mesmo nível de indignação em breve desvendaremos também mais alguns segredos por aí há muito interessantes, isto levanta uma questão política legítima, a preocupação é com o dinheiro público ou é apenas com quem governa, em suma, o investimento atual é mais equilibrado, mais eficiente e mais orientado para a Comunidade e em pleno Coração da Vila de Nisa, em suma, o investimento atual é mais equilibrado, mais eficiente e mais orientado para a Comunidade e em pleno Coração da Vila de Nisa, como eu dizia, mas ainda falamos da segurança e de proteção civil, o nosso apoio contínuo aos bombeiros, não podemos só falar nos 40.000 euros por também financiamos integralmente a resposta, a APE também importante a Brigada de Sapadores Florestais para nós, a segurança não será nunca será um discurso, será sempre uma prioridade operacional e quanto às Grandes Opções do Plano do planeamento à execução, a execução das GOPS confirmam um dado político essencial, o Município nunca planeou para cumprir calendário, planeou e continua a planear para executar e os indicadores falam por si, funções gerais, 94,93 % de execução global, funções sociais 84,7% e essas áreas chaves são sobretudo a nível da modernização administrativa, o apoio social estrutural, a habitação e a reabilitação urbana, onde assenta a estratégia local de habitação, a nossa cultura e identidade, o desporto e a qualidade de vida e tudo isso traduz um modelo de governação em proximidade, eficácia e orientado para resultados quanto aos investimentos PPI'S, falámos um pouco de realismo político e de visão estratégica e esta leitura dos PPI'S exige rigor e não simplificação, essa execução anual foi de 44,8%, ou seja, um volume já foi aqui referenciado superior a 20.000.000 de euros, mas importa esclarecer que o investimento público não é linear, é cíclico e é assim, basta pensarmos um pouco, talvez naquele que é algum aproveitamento dos fundos comunitários, portanto, que nos vão surgir. ao qual, portanto, devemos ter capacidade de aproveitamento exatamente destas mesmas matérias. É cíclico, plurianual e condicionado por fatores externos, nomeadamente financiamentos, processos administrativos e os tais ditos condicionantes ambientais que falamos há pouco, vejamos alguns princípios desse eixo de investimento quanto à qualificação do território e espaço público, destaca-se uma forte aposta na requalificação urbana e melhoria da qualidade de vida com intervenções relevantes, não vale a pena estarmos aqui a falar em números, portanto, eles estão expressos nos documentos e já foram aqui falados, também, é certo dessa parte, beneficiação de arruamentos no Concelho, a regeneração urbana e valorização do Centro Histórico, as intervenções em Alpalhão, por exemplo, o Largo do Cruzeiro e o Largo da Devesa, a requalificação da Tapada do Chão de Alter, este texto demonstra uma estratégia consistente de valorização do espaço público e coesão territorial, com impacto direto na atratividade do Concelho naquilo que diz respeito à habitação e coesão social, o investimento em habitação assume particular relevância e isto plasmado na estratégia local de habitação, na aquisição e reabilitação de imóveis no âmbito da estratégia local, como dizia, com a execução próxima dos 745.000 euros em 2025, a intervenção em edifícios habitacionais, também no Centro Histórico, é preciso relevar o investimento, também tem que ser feito na regeneração daquilo que são espaços devolutos e sensíveis, falamos do Centro Histórico de Nisa, nomeadamente na rua de Angola, Moçambique, rua da Senhora da Graça e parece-me que João de Deus, estratégia local de habitação, este é um sinal claro de uma política ativa de fixação

de população e respostas às necessidades sociais alinhadas com programas financiados e a prioridades nacionais, desde já quero dizer que relativamente aquilo que é e isso é à parte daquilo que estamos a discutir, embora nós tenhamos tido financiamento à estratégia local de habitação, no valor global de investimento de 1.000.000 de euros, financiado, não a 100%, porque sabemos que as obras nunca são como candidatas, brevemente e estamos à espera que seja aprovada a revisão do pacto, há uma nova prioridade de investimento nesta matéria, habitação acessível e nesta matéria somos em crer que vamos granjear mais perto de 1.000.000 de euros para habitação no nosso território.

Falamos agora em Cultura, Património e Identidade, reportando à prestação de contas novamente, o município não tem uma aposta clara na valorização cultural, o projeto da casa dos bolos, que brevemente irá ser inaugurado, intervenções no Centro Histórico e valorização patrimonial, investimentos em fundos documentais e equipamentos culturais, reforça-se a ideia de que a identidade, cultura e turismo são vetores de desenvolvimento económico, ainda no domínio do desporto lazer e qualidade de vida, investimentos relevantes já aqui trazidos, o ginásio municipal, a valorização do Jardim municipal, o Skate Park, o projeto NisaTech que embora seja uma aposta estratégica na inovação, ainda se encontra em fase de execução.

No eixo da economia e conectividade territorial duas dimensões distintas, a dinâmica local do projeto coworking e eficiência energética e apoio a economia local e a modernização das infraestruturas e um grande investimento estruturante que é exatamente aquele que é a ponte Internacional sobre o Rio Sever, que confesso e tenho que afirmá-lo, com baixa execução, mas não depende de nós quando se tratam de decisões administrativas que emperram, portanto vamos assim chamar, levam exatamente à baixa execução financeira do projeto e que não se devem de forma alguma à inação municipal, nomeadamente no que diz respeito ao envolvimento dos nossos colaboradores e em resposta a essas mesmas situações.

Modernização administrativa e meios operacionais, aquisição de viaturas, temos vindo a apostar exatamente na alternativa à utilização de combustíveis fósseis, investimento significativo em software e cada vez mais vai ser necessário, não é só pensarmos no licenciamento dos pacotes Office ou dos sistemas operacionais, temos que ir muito mais além, porque cada vez mais os nossos serviços municipais carecem, portanto, de software capacitado e agora ainda mais com esta questão que aí vai chegar da cibersegurança, equipamentos e meios operacionais para os serviços municipais, o que demonstra uma aposta na eficiência interna e capacidade de resposta dos serviços. Evidentemente que não poderia deixar de falar na saúde e nas terras de Nisa queremos consolidar e estamos a consolidar o ativo estratégico com potencial naquela repartição que eu na tridimensão que vos falava na saúde, turismo social e saúde, mas ainda há muito a fazer e temos que trabalhar para isso, o que se distingue a diferença clara entre quem comete e quem governa, os resultados apresenta e prova-se que se gere com rigor financeiro, se investe com responsabilidade, se decide com base no interesse público, transformamos recursos em valor, investimento sem impactos territoriais e estratégia de resultados, claramente está demonstrado que não há descontrolo financeiro, há apenas rigor, não há fragilidades, basta olharmos para as operações de tesouraria, há solidez, não há ausência de investimento, há obras feitas e obras claramente no terreno, aqui já tratadas, que não existe falta de visão, há estratégia consolidada e mais, este município não está

parado e está continuamente a transformar-se, portanto, as contas de 2025 demonstram que o município sem dívida à banca e com autonomia financeira comprovada com os resultados positivos E património reforçado com investimento real e impacto no território, com estabilidade e preparação para o futuro, isso é o que me apraz dizer em matéria, resumindo, não vou estar a escrutinar, este ano tomámos a liberdade de lançar todos os documentos de suporte à prestação de contas, portanto, para vossa apreciação, os documentos que aqui estão são todos os documentos, portanto exigidos e a serem publicados e a serem distribuídos ao Tribunal de Contas e cá estou, para esclarecer algumas questões, se assim for o caso, obrigado.”

- Vereadora Senhora **Ana Cecília Manteiga Carrilho**, disse ter tido a oportunidade de ver aqui a demonstração financeira, conjuntamente com o seu colega, o Técnico António referiu, que as contas não foram certificadas, dando a sua opinião que quando por vezes questionam o porquê das contas não terem um Revisor Oficial de Contas ou porque este assunto é assim feito ou de outra maneira, pedindo ao Senhor Presidente, por se estar a dirigir porque viu o Técnico referir que muitas vezes lhes custa que os coloquemos em causa o trabalho deles, nunca foi sua intenção colocar em causa o trabalho dos funcionários da Câmara, porque ela também já o foi e não é essa a sua intenção e quando pediram, aqui desde o início, em novembro, pedido feito por outra Vereadora e que foi aprovado em reunião de Câmara uma auditoria externa, essa mesma auditoria não é feita, quando se pediu, que vem aqui um ajuste direto de um Revisor Oficial de Contas, foi pedido para que, em vez de ser um ajuste direto, que houvesse uma consulta a vários e isso não é feito, são Vereadores da oposição, não trabalham no executivo, logo o que aqui perguntamos e questionamos, não se está a duvidar, quer-se é as coisas claras, que seja tudo especificado, não sabendo se está a incorrer em erro, mas do que andou a ler e a pesquisar, uma prestação de contas quando não tem ROC, de acordo com o nº 3 do artigo 76 da Lei das Finanças locais, nº 73/2013, todos os municípios que possuem contabilidade patrimonial devem ter as suas contas auditadas e certificadas pelo Roc, a falta de designação de um ROC deve ser comunicada à Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e, caso não o faça, a Câmara tá a incorrer numa ilegalidade, quando se questiona aqui isso, e falando por si, não se está a por em causa o facto do que os trabalhadores estão a fazer ou não, apenas querem ter certeza de que aquilo que se está aprovar está correto ou não, são Vereadores e têm também o direito de ter aquilo que aqui pediram, como a auditoria externa, como o ROC, são coisas que também não são das suas responsabilidade, mas estão aqui e querem aprovar ou não, mas as coisas com a devida responsabilidade e a devida transparência, o que o senhor Presidente esteve a ler e bem, foi aquilo que lhe tinham pedido, é a sua posição política ou foi aquilo que já lhe tinham pedido há algum tempo, um relatório sobre tudo o que está aqui e ainda não foi entregue.

Relativamente à questão do ROC, foi esclarecido que as contas do Município são auditadas por um Revisor externo, fazendo-se referência a que se tratam das contas de 2025 não estão em questão, sendo as mesmas certificadas pelo Revisor, Tribunal de Contas e pelo IGF, sendo que irão ser presentes em Assembleia Municipal, ou seja, vão ao órgão executivo para deliberar, após o que o ROC emite um relatório e parecer e só depois é presente à Assembleia Municipal.

- Presidente Dr. **José Dinis Samarra Serra**, referiu que o Revisor Oficial de Contas é responsável por estas contas 2025 dizendo que como se recordam quando se falou de uma auditoria, elas não estão fechadas, daí não se poder ter uma auditoria de contas de 2025, recordando-os que só em abril,

estando-se agora aqui, e só agora será refletido, voltando a dizer a sua posição e salvaguardando que foi aqui dito e volta a dizer que não se opõe a auditoria nenhuma, porque mais do que auditadas, estão as contas e há muita gente, que poderia ser colocado em cheque, que não está em cheque, recordando aquilo que disse nada objeta relativamente à auditoria, o que não é a favor, é de procedimento escrutinar cada um dos funcionários envolvidos nos procedimentos, isso não está de acordo.

Relativamente às contas, basta olhar-se para novembro de 2025, e aquilo que várias vezes disse foi que se separem as coisas, procedimentos não concorda porque não é da opinião que o escrutínio seja feito nos funcionários que são responsáveis pelos procedimentos e daí ter dito à oposição como o Vereador Malpique sabe, quantos procedimentos participou.

Relativamente à outra questão, disse á Vereadora Ana Cecília, para que fique claro, que houve um procedimento de consulta prévia, não sabendo dizer quantos para o Revisor Oficial de Contas, salvo erro 3, 4 ou 5, não sabendo dizer, que essa situação não conferia a condição para se nem primeiro, nem segundo, nem terceiro, a urgência obrigava a avançar-se com o ajuste direto, daí o ajuste direto ter sido por 12 meses, porque já se estava em março, esta situação irá à próxima Assembleia Municipal e irá dar-se conta a quem de direito relativamente àquilo que foi a declaração de voto e o justificativo, como diz, não está enquadrado, sendo essa a sua perceção, relativamente à situação do procedimento, ele está a decorrer, o procedimento concursal não é consulta prévia, que é para não haver dúvidas relativamente a isso, o concurso candidata-se quem quiser e depois trabalha-se com quem vier, sendo isso a interpretação daquilo que aqui está, sendo a sua interpretação de gestão relativamente a esta matéria, sendo estas as contas que são aqui trazidas e estão certificadas pelo revisor oficial de Contas.

Vereador, Senhor Rafael José Tremoço Pinheiro Moura, leu a seguinte declaração:

“Declaração de Voto — Aprovação das Contas do Exercício de 2025

No âmbito da apreciação das contas relativas ao exercício de 2025 do Município, cumpre-me emitir a presente declaração de voto.

Da análise efetuada ao balanço e à demonstração de resultados, verifica-se que o Município apresenta uma situação financeira globalmente sólida, evidenciada por uma elevada autonomia financeira, reduzido nível de endividamento e uma posição de liquidez confortável, permitindo assegurar o cumprimento das suas obrigações de curto prazo.

Regista-se ainda uma evolução positiva face ao exercício anterior, com a transição de um resultado líquido negativo em 2024 para um resultado ligeiramente positivo em 2025, uma vez que não incorporou resultados negativos da sua participada.

Não obstante estes aspetos positivos, importa salientar algumas fragilidades que suscitem preocupação. Em particular, destaca-se a reduzida margem operacional, que evidencia uma limitada capacidade de geração de resultados pela atividade corrente, bem como o crescimento significativo dos gastos com pessoal e com fornecimentos e serviços externos, sem correspondência proporcional no aumento das receitas próprias.

Adicionalmente, verifica-se uma forte dependência de transferências e subsídios, que continuam a representar a principal fonte de financiamento, constituindo um fator de vulnerabilidade face a eventuais alterações no contexto externo.

Importa ainda assinalar o aumento expressivo das responsabilidades com fornecedores, situação que deverá ser objeto de acompanhamento atento, de modo a garantir a sustentabilidade da tesouraria municipal.

Acresce uma questão que importa assinalar com particular preocupação: a insuficiente evidência e transparência relativamente às entidades participadas pelo Município, designadamente no que respeita aos impactos na posição financeira municipal.

Embora a participação detida não determine, por si só, a obrigatoriedade de consolidação de contas, tal não dispensa a necessidade de assegurar uma divulgação clara, completa e rigorosa da situação económico-financeira dessas entidades, bem como dos riscos e responsabilidades que possam decorrer para o Município referentes ao contrato programa assumido.

Face ao exposto, reconhecendo a solidez financeira do Município, mas considerando as fragilidades identificadas ao nível da sustentabilidade operacional e do controlo da despesa, entendo que as contas apresentadas merecem uma apreciação prudente.

Assim, voto **ABSTENÇÃO**, recomendando ao Executivo Municipal a adoção de medidas concretas no sentido de reforçar o controlo da despesa, aumentar a eficiência operacional e reduzir a dependência de financiamento externo, assegurando a sustentabilidade futura das finanças municipais.

O Vereador,"

- Presidente Dr. **José Dinis Samarra Serra**, referiu que no que diz respeito aquilo que é gestão pública, ela não pode ser comparada a uma gestão privada, porque os financiamentos são completamente diferentes e relativamente ao nível de despesa, se se for a cortar pessoas, volta-se ao problema que se falou inicialmente, não se resiste, tendo dito aqui, qual é que era o volume considerável relativamente àquilo que são o volume da absorção dos custos com pessoal em termos do orçamento, sendo significativo, mas é por isso que somos financiados, não o sendo para qualquer coisa, sendo-o para fazer obra, a boa gestão é que leva a que se consiga analisar, como disse há pouco, granjear-se mais quase 1.000.000 de euros para a habitação, isto tem que ser trabalhado, não cai do céu, tem a ver com os avisos que estão disponíveis e esta vaca gorda é de aproveitar enquanto existem avisos a que nos possamos candidatar, porque quando não houver avisos, pois bem, é bem verdade, sendo francos relativamente ao Alto Alentejo, são 15 Municípios, nem todos têm a condição financeira que o Município de Nisa tem, havendo Municípios mais pequenos, em que é extremamente difícil a sua gestão, por isso a nível do Pacto, que é exatamente o regime que carece de análise aquando da negociação, quando vêm os fundos europeus para o nosso território, somos trabalhados de forma diferente, podendo-se dizer que até somos um bocadinho prejudicados, porque vai exatamente ao encontro dos demais 10, embora isso não importe agora para a discussão, mas se se for analisar e basta fazer uma análise comparativa dos Municípios em redor, há dificuldades extremas, um exemplo claro que vai vir à próxima reunião de Câmara, tem a ver exatamente com o

financiamento da Comunidade intermunicipal, a Comunidade intermunicipal trabalha muito para nós, mas também temos que financiar, foi recentemente, a semana passada, trabalhado, portanto, o aumento da quota, que não é revista desde 2009, da quota de comparticipação dos Municípios para o efeito, se se fosse fazer a atualização devida, o estrangulamento da tesouraria de muitos municípios estaria em causa, pelos valores exorbitantes que a fórmula que normalmente deveria ser seguida, obrigaria, 2% do FEF, sendo considerável na observação do território Alto Alentejo, havendo Municípios que ficariam extremamente estrangulados relativamente à Tesouraria, um simples exemplo, quando se fala negociar o Pacto, tem que haver convergência, unanimidade, tendo-se, portanto, na Cima força política do PS, do PSD, da CDU e também de independentes, quando se trata desta questão, basta um quinar e ninguém beneficia, sendo importante que nestas situações haja uma reflexão muito atenciosa, minuciosa na repartição de fundos para os territórios, não se podendo desaproveitar as oportunidades, assim aconteceu, fará na quarta-feira, 8 dias em que a discussão foi longa por forma a que a distribuição fosse salutar e favorecedora de todos, como diz, se não fosse uma situação unânime, perdiam todos e aqui é preciso às vezes ceder, não mencionando o município, mas houve um município que abdicou de 2.000.000 euros e houve um município que tem 800.000 euros, não estava disposto a libertá-lo, Veja-se o impasse, que essa questão colocava em se poder aproveitar na soma total 7.000.000 de euros pelos 15 ou se tomava uma posição conjunta e unânime ou perdia-se o custo da oportunidade, como se costuma dizer dos 7.000.000 euros para todo o território e não podemos desaproveitar isso, felizmente é preciso trabalhar-se, é preciso haver às vezes muito trabalho de bastidores para que se chegue a bom porto e na Comunidade Intermunicipal tem acontecido, não sendo fácil às vezes, mas acontece, é por isso que diz que quando se fala aqui de municípios não se está a falar de empresas privadas, está-se a falar de empresas públicas, quando falava há pouco do Nisa em Festa, não é vergonha para ninguém dizer que se gastou 720.000 euros, todas as Associações faturaram à média de 20 a 25.000 euros cada em quatro dias é fazer-se as contas 10×25 250.000 euros, isso é importantíssimo e depois também se tem financiamento, utiliza-se financiamento para o efeito e também se cobram bilhetes.

-Vice-Presidente, Dr. **José Leandro Lopes Semedo**, disse que sobre esta questão é só para se pronunciar e congratular com os resultados mais uma vez positivos na prestação de contas de 2025 que demonstra que a Autarquia apresenta financeiramente uma estruturação sólida, capaz de atrair investimento e cumprir os compromissos indo de encontro aquilo que se estava aqui a falar, de salientar que a receita corrente continua a ser superior à despesa corrente, sendo isto muito importante, dizer que com o dinheiro que temos num dos bolsos, dá para fazer a gestão da casa de forma tranquila sendo isso muito importante também na nossa casa, não só nas empresas e nas instituições públicas, principalmente nas instituições públicas, porque o dinheiro não é nosso, por isso aqui se está a fazer apenas fazer a gestão daquilo que é entregue ao Município como um conjunto de receitas, as receitas que um município do Interior tem como todos sabem, é sempre escasso, o que causa aqui uma questão de saber fazer a gestão correta desse recurso e isso tem sido bem feito temos feito, na apresentação destas contas, disse que as funções sociais continuam a ser um foco interessante é aplicado essas verbas, mais de 6.000.000 de euros, com a habitação em destaque, com quase 700.000 euros na aquisição da reabilitação de imóveis, principalmente na zona histórica, apoio às famílias idosas com o programa Nascer em Nisa que já vem de há algum tempo, com a comparticipação de medicamentos também que ajuda as famílias mais necessitadas,

é uma prestação de contas que vem de encontro aquilo que se pode dizer que é de investir no futuro de Nisa.

A nossa em termos de obras municipais também teve um grande reflexo, podendo-se ver um conjunto de obras que foram realizadas durante o ano e algumas pagas já no ano em curso, ou no ano de 2025, mas que vem de 2024, realçando aqui uma das obras mais importantes e mais estruturantes, que o município alguma vez fez no seu futuro que é a Galiana em Nisa, um investimento de 1.000.000 de euros, que como disse o Senhor Presidente, se partiu para um investimento que não se tinha financiamento na altura, tendo-se feito umas contas muito fáceis de fazer que é 200.000 euros durante 5 anos e o investimento estaria pago, não houve necessidade de se fazer essa conta porque a meio do percurso se teve a sorte e também aqui uma visão estratégica de que se conseguiu beneficiar desse olhar com recursos escassos, que é a água e conseguiu-se ir buscar 1.100.000 euros também aqui.

Deu essa nota de realce que é também de salientar, continuando-se a investir também num parque renovado de viaturas do município, vai continuar a fazer-se e continuar a investir na questão elétrica, que é muito importante, neste último ano adquiriu-se uma viatura elétrica para bio resíduos no valor de 89.000 euros e também de um trator com frontal à volta dos 79.000 euros, também na parte elétrica o comboio turístico, tendo-se aqui um investimento de 344.000 euros reflexo também de uma aposta na área do turismo diferenciador e na economia circular que se continua a apostar, sendo que Nisa está no caminho certo e o futuro que estamos a construir é um compromisso que não será comprometido, certamente com as contas que neste momento são aqui apresentadas.

- Presidente Dr. **José Dinis Samarra Serra**, acrescentou ainda que quando se fala de se ter ido buscar 1.000.000 e qualquer coisa mil euros, era um aviso de 1.400.000 euros para todo o Alentejo e foi-se buscar acima de 1.000.000 de euros, dizendo que foi uma visão estratégica porque não se pode face àquilo que são atualmente a resiliência dos sistemas, e tendo que se olhar os sistemas em toda a sua amplitude, desperdiçar 300 m³ diários é extremamente preocupante e teve-se essa visão e vem aí uma época complexa dos incêndios, aquele tanque que existe na estação elevatória, que comporta 400 m³ vai permitir, tendo-se feito ainda na semana passada testes com a Associação de Bombeiros para possível necessidade de abastecimento dos veículos, sendo também uma reserva estratégica que poderá ser utilizada também para o contexto da agricultura, os agricultores, nomeadamente naquele que é o abeberamento animal, tem-se tudo criado, a visão que se teve com este projeto foi não apenas, retirar ao erário público, algum valor significativo, mas também pensar para as situações críticas.

Ponto nº 24- SEA- Deliberação: 167/2026

Aprovação em Minuta das Deliberações que antecedem

A presente Minuta, depois de lida em voz alta aos Eleitos presentes foi aprovada por Unanimidade, para efeitos de eficácia externa imediata legalmente prevista, conforme o disposto nos nºs 3 e 4 do art.º 57º da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro, pelo que poder-se-ão considerar aprovadas as Deliberações em Minuta nos termos e para cumprimento do disposto no nº 3 do art.º 57º da Lei acima referida.



CÂMARA
MUNICIPAL
NISA

Município de Nisa - Câmara Municipal
Reunião Ordinária da Câmara Municipal
de 20 de abril de 2026

Ata
Nº 12/2026

Encerramento da Reunião.

A presente Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Nisa foi devidamente encerrada pelo Presidente da mesma, para cumprimento do previsto e disposto na alínea p) do nº 1 do art.º 35º da Lei nº 75/2013, de 16 de fevereiro, quando eram 17h50.

Para constar e devidos efeitos, se lavrou a presente ata, conforme o disposto no nº 1 do art.º 57º da Lei nº 75/2013, de 16 de fevereiro, é constituída por 31 folhas, devidamente numeradas e rubricadas e vai ser assinada nos termos do disposto no nº 2 do referido art.º 57º, pelo Presidente da Câmara Municipal de Nisa, Dr. José Dinis Samarra Serra e por mim, António da Piedade Pimpão Crespim, Coordenador Técnico do Mapa de Pessoal por Tempo Indeterminado da Câmara Municipal de Nisa, da Secção de Expediente e Arquivo, que a elaborei na qualidade de Secretário.

O PRESIDENTE DA REUNIÃO

(Dr. José Dinis Samarra Serra)

(Presidente CM Nisa)

O COORDENADOR TÉCNICO

(António da Piedade Pimpão Crespim)

(Secretário)

MUNICÍPIO DE NISA – CÂMARA MUNICIPAL

Ata presente em Reunião Ordinária, realizada no dia 7 de setembro de 2026 e aprovada por:
MAIORIA

- Favor: 2 (Dois) votos (PS, CDU)
- Contra: () voto com Declaração de Voto ()
- Abstenção: 3 (Três) voto (PS, PSD, CDU)